

Os direitos das raparigas são direitos humanos

É urgente a eliminação de casamento prematuro em Moçambique

Por Antoine Chevrier, Irina Schoulgin-Nyoni e Pascale Grotenhuis

“Acabar com o casamento prematuro e forçado é fundamental, porque os impactos dessa prática são profundos e abrangentes. Os factos são bem conhecidos - uma em cada duas raparigas casam-se antes de completar 18 anos. São infâncias interrompidas. São futuros modificados para sempre. O casamento prematuro é uma violação dos direitos das raparigas. Interrompe o seu acesso à educação, põe em risco a sua saúde e torna-as vulneráveis à violência. Também impede que as raparigas alcancem todo o seu potencial e contribuam plenamente para o crescimento social e económico das suas famílias, comunidades e o país.”



Pascale Grotenhuis, Embaixadora dos Países Baixos, Antoine Chevrier, Alto Comissário do Canadá e Irina Schoulgin-Nyoni, Embaixadora da Suécia.

O mundo actual oferece às raparigas a possibilidade de uma vida mais próspera. O governo, as organizações internacionais, a sociedade civil e os activistas fizeram grandes avanços para aumentar a conscientização e acabar com atitudes e práticas que prejudicam os direitos humanos das meninas. Isto significa que as raparigas e as jovens mulheres são mais capazes de usufruir dos benefícios do desenvolvimento ao lado dos rapazes. Elas agora têm maior acesso e capacidade de fazer escolhas sobre a sua educação, vocação e formação profissional, e sobre os serviços de saúde sexual e reprodutiva que desejam. Contudo, a prática do casamento prematuro continua a limitar as perspectivas das raparigas em todo o mundo.

Deixem as raparigas serem crianças. Meninas noivas estão mentalmente ou fisicamente despreparadas para papéis e responsabilidades maritais. A gravidez precoce é frequentemente acompanhada de complicações sérias. Estas complicações resultam na morte e incapacidade de mais raparigas entre os 15 e 19 anos do que várias outras causas.

Quando uma criança é obrigada a casar, isso muitas vezes implica o fim da sua educação. Falta de educação e “tabu” social implica que as crianças afectadas e em risco de casamento prematuro não são informadas sobre sexualidade e saúde reprodutiva e os direitos ligados a estes. A estas raparigas lhes é recusado o controlo de seus próprios corpos, as mesmas são incapazes de fazer escolhas informadas sobre o sexo, e sobre quando ou se desejam ter filhos.

O casamento prematuro ameaça reverter ganhos alcançados para reduzir o peso do HIV/SIDA. A evidência mostra que as meninas afectadas e em risco de casamento prematuro tendem a se casar com homens mais velhos que têm um maior risco de serem portadores do vírus do HIV. Isso significa que as meninas afectadas e em risco de casamento prematuro são mais propensas a contrair HIV do que suas amigas não casadas. Crianças afectadas e em risco de casamento prematuro raramente são capazes de afirmar-se em um casamento, e, portanto, são menos propensas a expressar suas preferências sobre a contracepção e opções de sexo seguro. Significa também que elas são mais susceptíveis à

violência doméstica.

A evidência é assustadora. O casamento prematuro tem impactos negativos na saúde pública, na economia e nos direitos humanos para as meninas, suas comunidades e seus países. Todos os sectores de nossa sociedade têm a responsabilidade compartilhada de rejeitar o casamento prematuro e de combater os factores económicos, práticas tradicionais e religiosas que o sustentam.

Através da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os governos identificaram o fim do casamento prematuro como uma meta de desenvolvimento global. A União Africana demonstrou liderança através da sua Campanha para Acabar com o Casamento Prematuro em África. A SADC adoptou uma Lei Modelo sobre Erradicação do Casamento Prematuro e Protecção de Crianças Já Casadas.

Moçambique

Moçambique tem estado na dianteira a nível da região, tornando a prevenção do casamento prematuro uma prioridade nacional. Comunidades compreendem cada vez mais os efeitos do casamento prematuro e seu impacto, e os líderes tradicionais e religiosos tomaram a coragem de livrar suas aldeias de casamento prematuro, mobilizando famílias, professores e estudantes e constantemente mudando mentalidades. Embora tenha havido ligeiras diminuições nas taxas de matrimónio prematuro em Moçambique, o crescimento da população fez com que o número real de raparigas casadas crescesse. Quase uma em cada duas raparigas em Moçambique casam-se antes dos 18 anos de idade, e 14% casam-se até aos 15 anos, apesar da idade legal do casamento ser de 18.

A recente Conferência Nacional das Raparigas em Nampula, de 14 a 15 de Dezembro (antecedida da Conferência Nacional dos Rapazes), permitiu que participantes como nós, aprendêssemos directamente com as raparigas e os rapazes sobre estes desafios e a importância de trabalhar em conjunto para encontrar soluções.

Estratégia Nacional para Prevenir e Combater o Casamento Prematuro A situação urgente em Moçambique inspirou o Governo de Moçambique a lançar a sua Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Casamento

prematuro. A estratégia foi liderada pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social, em estreita consulta com vários ministérios, agências das Nações Unidas, doadores, organizações da sociedade civil e Girls Not Brides Moçambique (Coligação para Eliminação dos Casamentos Prematuros - CECAP). Gostaríamos de felicitar o Governo de Moçambique pela adopção da sua Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Casamento Prematuro. Esperamos que outros países da região sigam este exemplo. Agora temos de garantir que esta iniciativa possa ter um impacto que mude a vida das raparigas em Moçambique. Em particular, uma coordenação forte de todas as

O Poder de uma Família

partes interessadas - dos ministérios e dos doadores, à sociedade civil e às comunidades - será crucial para superar este problema complexo e multifacetado. Isso significa mapear quem já está fazendo o algo, e qual deve ser o seu papel na implementação da estratégia. Acreditamos que o governo está bem posicionado para liderar esse esforço. Só uma forte vontade política pode assegurar que os ministérios relevantes e o governo a todos os níveis desempenhem o seu papel na eliminação do casamento prematuro.

Finalmente existe dentro de uma família e comunidade uma criança afectada ou em risco de casamento prematuro. Toda criança afectada ou em risco tem figuras parentais e líderes da comunidade cuja responsabilidade legal é protegê-la. Isso exige que os defensores comprometidos e destemidos queiram mudar a mentalidade e as crenças que encorajam o casamento prematuro. As famílias, as comunidades e o governo devem trabalhar em conjunto para garantir que as raparigas tenham o mesmo acesso que os rapazes ao ensino primário e secundário de boa qualidade. Ao mesmo tempo, deve-se dar apoio também às raparigas que já estão casadas para recuperar as suas vidas. Elas precisam voltar para a escola. Elas precisam de informações e serviços para garantir a sua saúde sexual e reprodutiva in-

cluindo contraceptivos. Elas também precisam de habilidades, informações e oportunidades para se tornarem cidadãs economicamente produtivas.

O Canadá, os Países Baixos e a Suécia, têm uma parceria de longo prazo com Moçambique que visa apoiar os esforços de desenvolvimento do país contribuindo para a redução da pobreza. Estamos empenhados em apoiar a erradicação da pobreza através do aprofundamento da democracia, do respeito pelos direitos humanos e da igualdade de género. Um aspecto crítico da nossa cooperação é apoiar a melhoria da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. A prevenção do casamento prematuro é, portanto, um aspecto importante da contribuição para o desenvolvimento nacional.

Se trabalharmos juntos para combater o casamento prematuro, podemos criar um mundo onde as raparigas e as mulheres estejam habilitadas e possam usufruir dos seus direitos. Este é um mundo que nos torna todos melhores. Estamos empenhados em trabalhar junto com o governo de Moçambique, a sociedade civil e as comunidades para aumentar o foco, o empenho e os recursos para acabar com a discriminação de género e o casamento prematuro.

Vamos fazer de 2017, um ano em que realmente elevamos os nossos compromissos e esforços para acabar com o casamento prematuro na nossa geração!